



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JOÃO BATISTA DA CUNHA

A LUTA E A ORGANIZAÇÃO DOS POSSEIROS EM PORECATU DE 1940
A 1952

Erechim

2021

JOÃO BATISTA DA CUNHA

A LUTA E A ORGANIZAÇÃO DOS POSSEIROS EM PORECATU DE 1940 A 1952

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito para a obtenção de grau de
licenciado em História da Universidade Federal da
Fronteira Sul.
Orientadora: Prof^a. Dra. Alessandra
Gasparotto

Erechim
2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Cunha, João Batista
A LUTA E A ORGANIZAÇÃO DOS POSSEIROS EM PORECATU DE
1940 A 1952 / João Batista Cunha. -- 2021.
44 f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Alessandra
Gasparotto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Erechim, RS, 2021.

I. , Alessandra Gasparotto, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JOÃO BATISTA DA CUNHA

A LUTA E A ORGANIZAÇÃO DOS POSSEIROS EM PORECATU DE 1940 A 1952

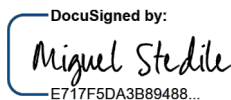
Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito para a obtenção de
grau de Licenciado em História da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi definido e aprovado pela banca em:
25/11/2021.

BANCA EXAMINADORA



PROFA. DRA. ALESSANDRA GASPAROTTO
ORIENTADORA

DocuSigned by:

E717F5DA3B89488...

PROF. DR. MIGUEL ENRIQUE STÉDILE
MEMBRO



PROF. DR. GÉRSO WASEN FRAGA
MEMBRO

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a meus familiares e amigos que sempre se fizeram presente dando apoio e incentivo no desenvolver do curso. Principalmente a minha mãe que mesmo com dificuldades sempre buscou as melhores formas de me incentivar, mesmo nas dificuldades me manter firme e não abandonar o curso em si.

Gostaria de agradecer ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), pela luta que vem construindo na tentativa de colocar seus jovens dentro das universidades para dar mais qualidade na atuação de seus futuros representantes. Assim como a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em parceria com as entidades do movimento abriram as portas para a realização de cursos de formação superior para tantos jovens e adultos de diversas regiões do País.

Gostaria de agradecer aqui também, ao ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) pela disponibilidade de nos receber e viabilizar os meios para nossa participação no curso, pois foram quatro anos e meio de luta dentro deste espaço. Aos professores e coordenadores do curso que dedicaram e contribuíram na construção e a formação da primeira turma de História vinculada aos Movimentos Sociais no ITERRA.

Gostaria também deixar meus mais sinceros agradecimentos ao coordenador do curso Gerson A. Fraga por sua disponibilidade e paciência, principalmente nas questões burocráticas de matrícula, contato com a Universidade etc. assim como na orientação e no desenvolvimento de meu TCC.

Gostaria também aqui deixar um agradecimento especial a minha orientadora Alessandra Gasparotto, por sua dedicação e paciência em me orientar no desenvolver deste Trabalho de Conclusão de Curso, pois, se estou concluindo mais esta etapa é que sua participação foi fundamental.

Enfim a todos meus mais sinceros agradecimentos! Obrigado.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo realizar a pesquisa da trajetória do processo de luta e organização de Posseiros na atual cidade de Porecatu, região Norte do estado do Paraná no período de 1940 a 1952. Pretende-se neste trabalho, apresentar uma revisão bibliográfica sobre o conflito ocorrido em Porecatu. Mostrar desde o princípio o porquê e como se estabeleceram os posseiros em meios a matas fechadas e terras inóspitas, e como se deu aquele processo marcado por conflitos armados, numa constante luta pela posse e o direito à terra. Tal processo teve grande repercussão nacional, e este estudo busca discutir como o jornal Folha de Londrina tratou do conflito, em uma reportagem publicada nos anos 1980. Destaca-se, primeiramente a forma em que circularam as notícias dos conflitos, histórias essas que por muitas vezes tornaram-se manchete de jornais locais devido às cenas de violência descritas em suas entrelinhas. Sem dúvidas é notório o quão chocante eram esses relatos, e as diferentes reações das pessoas em outros estados brasileiros. Também podemos destacar a repercussão em relação a participação direta do PCB (Partido Comunista Brasileiro) em favor dos posseiros, participação está de grande importância na permanência e na luta, com foco na organização de trabalhadores e da resistência nos conflitos armados. Após grande aumento da negação de direitos e o aumento na exploração de terras, Porecatu torna-se palco de um dos conflitos mais marcantes nas décadas de 40 e 50 no Estado do Paraná e tem sua história forjada em meio a cadáveres e injustiça.

PALAVRAS CHAVE: Porecatu; Posseiros, Conflitos, Luta pela Terra

Resumen

El objetivo de este trabajo es investigar la trayectoria del proceso de lucha y organización de Posseiros en la actual ciudad de Porecatu, región norte del estado de Paraná, de 1940 a 1952. En este trabajo, busco mostrar desde el principio por qué y cómo asentaron a los ocupantes ilegales en densos bosques y tierras inhóspitas, y cómo se desarrolló ese proceso, marcado por los conflictos armados, en una lucha constante por la propiedad y el derecho a la tierra. Este proceso tuvo una gran repercusión nacional, y este estudio busca discutir cómo el diario Folha de Londrina abordó el conflicto, en un reportaje publicado en la década de 1980. En ocasiones llegó a los titulares de los periódicos locales por escenas de violencia representadas entre líneas. Sin duda, es notorio lo impactantes que fueron estos informes y las diferentes reacciones de personas en otros estados brasileños. También podemos destacar la repercusión en relación a la participación directa del PCB (Partido Comunista Brasileño) a favor de los okupas, la participación es de gran importancia en la permanencia y lucha, con un enfoque en la organización de los trabajadores y la resistencia en los conflictos armados. . Luego de un gran incremento en la negación de derechos y el aumento de la explotación de la tierra, Porecatu se convirtió en el escenario de uno de los conflictos más llamativos de los años 40 y 50 en el Estado de Paraná y tiene su historia forjada en medio de cadáveres e injusticias.

PALABRAS CLAVE: Porecatu; Ocupantes ilegales, conflictos, lucha por la tierra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
ANÁLISE JORNALÍSTICA.....	11
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ NOS FINAIS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.....	16
1.1 Origens históricas do campesinato.....	16
1.2 Latifúndio e Violência.....	19
1.3 A questão agrária no Paraná 1940.....	20
2 PORECATU: A DISPUTA PELAS TERRAS E A ATUAÇÃO DE POSSEIROS E GRILEIROS.....	23
2.1 Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).....	24
2.2 Posse, políticas de colonização.....	25
2.3 O interesse pelas terras: Questões políticas e econômicas.....	27
2.4 Os mecanismos usados pelos fazendeiros: Grilagem, Violência.....	29
2.5 Investidas, organização e luta dos posseiros de Porecatu.....	30
2.6 O principal confronto da guerrilha.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38

INTRODUÇÃO

A luta pela terra é uma história que vem sendo contada de diferentes formas em todos os territórios. São diversos os autores que discorrem sobre esse tema. As lutas e disputas são o ponto central dessas histórias, e também o principal fator que caracteriza como estão organizadas as divisões territoriais no país hoje, e o porquê vemos diferentes formas de organizações que continuam mobilizando e potencializando essas lutas por melhores meios de subsistência e qualidade de vida.

Os camponeses que antes produziam seus próprios subsídios (Agricultura Familiar, Campesinato), se veem obrigados a migrarem para as cidades em busca de melhores meios de subsistência e de qualidade de vida, processo este popularmente conhecido como êxodo rural. Devido tamanha demanda no setor industrial e a crescente procura por empregos nas cidades os camponeses agora sem recursos necessário para seu próprio sustento, trocam sua força de trabalho pelo papel do assalariado, passando assim a servir neste novo modelo imposto como mão-de-obra barata. (STÉDILE, 2011).

[...] a lógica do modelo de industrialização dependente atuava permanentemente de forma contraditória e complementar, em que os camponeses, ao mesmo tempo em que se reproduziam e se multiplicavam enquanto classe, tiveram parcelas crescentes de seus membros migrando para as cidades e se transformando em operários. Na estrutura da propriedade da terra, a lógica contraditória se repetia. Por um lado, havia a multiplicação de pequenas propriedades, pela compra e venda e reprodução das unidades familiares. E, por outro lado, em vastas regiões, a grande propriedade capitalista avançava e concentrava mais terra, mais recursos. E, no geral, havia uma tendência histórica, natural da lógica de reprodução capitalista, de que a propriedade da terra, que já nasceu em bases latifundiárias, continuava na média se concentrando ainda mais. (STÉDILE, 2011, p. 30).

Já cansados e vendo suas terras e direitos sendo usurpados, em meados de 1945 começam a surgir então as chamadas “ligas camponesas”, que eram formadas por pequenos produtores rurais, sesmeiros, posseiros e trabalhadores urbanos assalariados. Estas, posteriormente com a ajuda PCB (Partido Comunista Brasileiro), seriam a base inicial na criação de uma aliança entre camponeses e operários na resistência contra a expropriação a expulsão das terras

e o assalariamento. Através de muitas lutas buscam conquistar seus direitos enquanto trabalhadores. Firmando-se como classe, buscavam ter seus direitos inteiramente reconhecidos.

A luta pela terra tem permeando grandes fatos históricos, que é contada por diferentes pontos de vista, levando a refletir acerca deste processo, aflorando a curiosidade do leitor. Há nomes e passagens destacáveis e de grande repercussão, que geram importantes debates entre os historiadores, como foi o caso de Canudos, na Bahia (1893-1897), onde destacou-se Antônio Conselheiro como líder, que teve como apoio a coragem e determinação de inúmeras pessoas contra as repressões da recém-formada República, e fizeram assim de Canudos uma passagem histórica.

Já nas décadas de 1940 e 1950, podemos considerar a luta pela terra como lutas focadas nos direitos dos trabalhadores e também podemos considerar aqui como o embrião formador das lutas de classes. A Guerrilha de Porecatu no Norte do Paraná, assim denominada por muitos autores, foi também o palco das revoltas populares, conflitos gerados na disputa incessante pela posse da terra. Esses conflitos tomam mais força após potencialização e investidas por parte do governo, que com a valorização territorial, decorrente da modernização que vinha se instalando por ali, negociavam terras já desbravadas e ocupadas a qualquer custo.

Porecatu, localizado às margens do rio Paranapanema, faz divisa ao norte com os municípios de Taciba e Narandiba no estado de São Paulo, ao sul encontra-se a cidade de Florestópolis, a leste Alvorada do Sul e a Oeste Centenário do Sul. "Um solo fértil de terra roxa descansada sob o cobertor de uma densa floresta tropical", localizada no norte do Paraná tem seus primeiros visitantes, os jesuítas espanhóis nos primórdios do Brasil colônia, no intuito de colonizar e catequizar os índios. (OIKAWA; 2011).

Outro fator importante que movimentou tais investidas, foi nada mais que a criação de estradas em meio a matas fechadas, o que facilitava o acesso e a implantação de grandes indústrias voltadas a produção em grande escala. Estas utilizavam da importação do maquinário estrangeiro para seu desenvolvimento, custeando seus gastos com a exportação de produtos agrícolas.

Na região, houve grande aumento na produção cafeeira, devido a compra de grandes concentrações e propriedade de terras, por intermédio de cláusulas contratuais “facilitadas” entre fazendeiros e o próprio governo; a industrial tendo papel principal no fornecimento de insumos e a tecnologia necessária para a manutenção de tal produção.

A valorização das terras já desbravadas, com todas as benfeitorias feitas pelos posseiros, incluindo-se estradas e o porto no rio Paranapanema e o bom preço do café desperta a cobiça de políticos em Curitiba e grandes fazendeiros do interior de São Paulo...grandes áreas de terras são vendidas para a formação de fazendas de café com a cláusula contratual de serem entregues desocupadas de invasores...grupos vivem a sobra do governo com o poder de mudar geografia, falsificando mapas e documentos.(OIKAWA; 2011,pg 16).

A Guerrilha de Porecatu foi o pontapé inicial frente as organizações camponesas, havendo conflitos entre posseiros e proprietários de terra das redondezas que tinham a seu favor o Estado; no entanto, apesar de não ter sido uma guerra efetiva, esses conflitos difundiram-se na mídia com a alcunha de guerra, visto tamanha a intensidade do confronto.

De acordo com os levantamentos e informações da época, famílias do interior dos estados de Minas Gerais e São Paulo, pequenos produtores, colonos, buscavam, junto ao governo por uma oportunidade de ter seu pedaço de terra, um lugar para chamar de seu. E devido a notícia da existência dos 120 mil hectares devolutos, provocou uma desenfreada ocupação, na ânsia de realizar um sonho. Mas em contrapartida estavam os fazendeiros, interessados em ampliar“suas propriedades, com base no cultivo da cultura do café, na criação de gado, na plantação de cana-de-açúcar, associadas com o trabalho assalariado” (PRIORI, 2009, p. 118).

De acordo com as informações e relatos, Ligas Camponesas buscaram legalizar suas posses, utilizando a conversa e a pacificidade, preservando a justiça, porém, sem sucesso, diante da impossibilidade de legalização via justiça viram-se frente a necessidade de recorrer às armas na defesa de seus interesses. Na época, os posseiros ocupavam a região do município de Porecatu, quando o governo distribuiu documentos aos fazendeiros, utilizando de meios ilícitos nas negociações das terras. Porém, os posseiros não

aceitaram sair das terras por eles ocupadas, resistindo ao mandato de reintegração de posse. Jagunços foram contratados pelos fazendeiros para expulsar os posseiros que resistiram firmemente, destaca-se aqui também o envolvimento do Partido Comunista Brasileiro, passando a apoiar a revolta junto aos posseiros, fator este que agravou ainda mais a situação. (SILVA, 1996).

Tenho por objetivo com este trabalho, realizar a partir de revisões bibliográfica, a análise de alguns aspectos do conflito que é denominado; *A Guerrilha de Porecatu*, focando nas lutas e na forma em que se organizavam esses trabalhadores rurais. Busca-se discutir como o desfecho dessa história foi drasticamente afetada, após envolvimento direto do Estado na negociação das terras, e o quão fundamental foi a participação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) tanto na organização quanto no apoio da luta dos posseiros de Porecatu.

Sendo assim, pretende-se com este trabalho realizar um resgate histórico através de análise de fontes e revisão bibliográfica, apresentando e dialogando com alguns autores que se debruçaram sobre o presente tema. Utilizo-me da análise bibliográfica, assim como a análise jornalística para desenvolver o presente trabalho. O jornal utilizado foi a Folha de Londrina, fundado em 29 de outubro de 1947 por João Milanez, forjado numa lógica empresarial voltado a comercialização. Mostrou-se sempre muito lucrativo, gerando exemplares ainda nos dias atuais. O acervo do jornal encontra-se na Biblioteca Pública Municipal de Londrina Pedro Viriato Parigot de Souza, localizada na Av. Rio de Janeiro, 413, no centro da cidade de Londrina – PR.

Neste estudo, analiso as edições dos dias 14 a 28 de julho de 1985, que traz reportagens, relatos e entrevistas de antigos posseiros ou familiares, trata-se assim de reportagens publicadas posteriormente ao conflito, ou seja, fontes produzidas anos após seu acontecimento.

ANÁLISE JORNALÍSTICA

A imprensa é considerada uma importante fonte para a análise dos imaginários sociais e de suas representações. Expressa-se um conjunto de

valores presentes na estreita relação entre os grupos sociais, trazendo em seus discursos a temporalidade no qual se encontra inserida. (NÓVOA, 2002).

Deste modo, tendo em vista este aspecto, faz-se necessário fazer uma breve introdução dos principais elementos envolvidos no jornal que analiso sobre a denominada Guerra de Porecatu.

Utilizo para tais pesquisa sites e livros pesquisados, assim como o Jornal Folha de Londrina, sendo uma fonte de circulação levando a região a descrição e notícias do ocorrido em Porecatu. Onde nasce a imprensa em meio a modernidade, como a burguesia, sendo jornalismo no século XIX uma expressão dos confrontos da burguesia indo contra o Estado absolutista, havendo uma luta do novo contra o velho, buscando por mudanças, sendo a imprensa um veículo "realizador de política". (NÓVOA, 2002).

Onde o Jornal Folha de Londrina realizou um conjunto de reportagens acerca do ocorrido, fazendo um resgate da memória adormecida, utilizando de uma sequência de reportagens, traçando uma cronologia de fatos e esclarecendo dúvidas de seus leitores.

A imprensa ao se afirmar como uma empresa capitalista, necessita da venda de anúncios para se manter, estando ligada as forças sociais e econômicas, passando a ser porta-voz de grandes grupos políticos e econômicos, dando objetividade as suas particularistas opiniões. Deste modo, a liberdade de imprensa se camufla em meio aos poderes, sem a liberdade de imprensa não há diversidades de opiniões. Em tese, cujo caráter liberal da "liberdade de imprensa" tem permitido as manifestações sociais, onde a imprensa- empresa reproduz as ideologias dominantes. Deste modo, Marcondes Filho (1986) ressalta que a notícia é uma informação manipulada.

Com a operacionalizar da ideologia dominante, as informações surgem nos jornais de modo fragmentado, desconexo e reduzido, não havendo interdependência entre os temas e os processos sociais reais. Apresentando variadas seções como a política, o lazer, a cultura, a sociedade e a economia, fragmentando as possibilidades com a realidade.

Porém, a linguagem do jornal na década de 1950, embora não apresentasse uma entonação sensacionalista como demais jornais, particularmente, com relação aos conflitos abordados, o Jornal Folha de

Londrina incorporava os interesses da classe dominante. Deste modo Marcondes Filho apresenta sua reflexão:

"Para mim, a aparência de valor de uso no jornalismo leva-o necessariamente a 'sensacionalizar' a vida política, econômica e social de determinada formação histórica. O que caracteriza o jornalismo não é somente vender os fatos e acontecimentos (que seriam puramente o valor de uso da informação), mas, ao transformá-los em mercadoria, explorar e vender a sua aparência, o seu impacto, o caráter explosivo associado ao fato. Isso constrói a sua 'aparência de valor de uso' (MARCONDES FILHO, 1986, p.30).

O discurso em torno da Guerra de Porecatu será analisado a partir da leitura do jornal, buscando perceber de que forma esse veículo de comunicação busca informar sobre os fatos ocorridos durante o conflito, se traça explicações de forma clara e direta, se esta busca seguir um determinado aspecto informativo. Busca-se perceber como o jornal também é sujeito no processo de constituição da memória sobre Porecatu, e como busca promover a "institucionalização dos sentidos". (NÓVOA, 2002).

Com relação ao Jornal Folha de Londrina, este foi escolhido por ter publicado matérias sobre a "Revolta de Porecatu", publicadas em 1985. Nessa ocasião, o jornal fez uma descrição dos eventos enfatizando a fertilidade dos solos no Norte do Paraná, no entanto, indo além, ressaltando seus períodos críticos, onde centenas de posseiros lutaram por um pedaço de terra e uma vida com dignidade a seus familiares. Porém, a contra partida se encontravam os jagunços, fazendeiros, grileiros, dispostos a expulsá-los das terras improdutivas e com pendências junto ao governo.

Alguns questionamentos a seguir; por qual motivo publicar essa matéria mais de trinta anos depois do seu ocorrido? Trazendo em consideração as falas de Nôvoa e Marcondes Filho sobre a importância do jornal em meio aos imaginários sociais, e que as notícias são informações manipuladas, tínhamos neste mesmo período o surgimento de um conjunto de conflitos fundiários estourando em todo País, A luta pela terra cada vez mais se intensificando, principalmente nos anos de 1980 com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O Jornal retrata ainda, que este episódio se intensificou, ganhando dimensões maiores com o envolvimento do Partido Comunista Brasileiro,

mobilizando um significativo número de participantes, travando literalmente uma batalha, seja no plano ideológico como no armamentista, onde a luta por um pedaço de terra se tornou constante.

Ao analisar o discurso jornalístico é importante pensar sobre a memória que o jornal ajuda a difundir sobre o conflito. Faz-se necessário pensar sobre os elementos ofertados ao leitor, através de um discurso jornalístico, onde se cria uma alusão a realidade objetiva e “os leitores tornam-se aprendizes silenciosos, o que não quer dizer passivos, sendo conduzidos, despercebidos a permanecer em sua posição sócio-histórica”. (NÓVOA, 2002).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Referente a produção bibliográficas acerca do movimento de Porecatu, procuro aqui dialogar com alguns estudos, onde será utilizada a obra de Marcelo Oikawa, intitulada “Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram”. Com sua primeira edição lançada em junho de 2011, pela Expressão Popular, é um livro recente, mas com uma variedade e olhar diferenciado sobre a guerrilha.

Neste livro o autor traz em seu contexto inicial a formação e o desenvolvimento do campesinato brasileiro, divisões territoriais e a distribuição da propriedade no início do século XX, contextualizando o desenrolar do processo de colonização da região norte do Estado do Paraná. O autor destaca neste livro os detalhes da guerrilha em si, os motivos que levaram posseiros a organizarem-se tornando-os provedores da luta pela terra, consequentemente traz a participação do PCB (Partido Comunista Brasileiro), como principal orquestrador das organizações na formação armada dos posseiros de Porecatu, e principalmente o porquê os comunistas fazerem questão de esquecer o ocorrido em Porecatu.

O autor Priori em seu artigo intitulado A Revolta Camponesa de Porecatu (1940), descreve com parâmetros e análise quase idênticas as usados por Oikawa. A descrição da guerrilha, suas formas de organização e a participação direta do PCB são o ponto chave de seu trabalho também:

“A revolta camponesa de Porecatu foi um movimento de resistência, articulada por camponeses em defesa da posse da terra, na região Norte do Estado do Paraná, no final da década de 1940 e início da de 1950. No entanto, a resistência camponesa tomou corpo e forma a partir da intervenção de militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, que através de uma ampla rede de solidariedade conseguiram organizar a luta armada por um período superior a dois anos” (Priori, 2009, P. 01).

Para uma melhor compreensão de como surgiram e desenvolveram-se os movimentos camponeses e sua emancipação política, José Martins, em “Os Camponeses e a Política no Brasil”, nos traz um diálogo detalhado da interpretação do termo camponês e campesinato, seu surgimento e distinção política, possibilitando ao leitor reflexões a entender os movimentos camponeses assim como sua importância política na formação das lutas de classes.

Por último utiliza-se o livro *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*, Depoimentos sobre a maior obra no gênero realizada por uma empresa privada. Este livro analisa como ocorreu o processo de desbravamento e colonização da região Norte do estado, analisando seus objetivos e quais políticas de colonização eram utilizadas, suas relações com o governo e o Estado.

“Como acontece em todas as grandes conquistas feitas pelo homem, no decorrer da exploração econômica racional das terras roxas do Norte do Paraná os desbravadores que se dedicavam à empreitada acabaram por verificar que estavam realizando, na verdade, missão de elevado interesse público. Eles agiam como empresários, é verdade, mas nessa condição desempenhavam o papel de parcela propulsora da sociedade liberal que ajudaram a construir. Cada decisão era maduramente pesada porque os altos interesses da empresa e de seus clientes estavam em jogo. Mas é justamente a soma de todas as decisões cuidadosamente tomadas na intimidade das empresas que conduz às boas decisões superiores, já no âmbito do Estado, para resguardos dos interesses maiores da coletividade, que se identificam então com os interesses da Nação. É por essa razão que nas empresas constituídas com base nos princípios sadios do liberalismo cada ato deve ser pensado como ato de governo, como decisão destinada a resguardar o interesse público. Tal é a diretriz desejável. Tal é a oportunidade de sobrevivência do capitalismo democrático”. (*Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. 1975.P 02).

_____*Livro Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. 24 de setembro de 1975. 3a edição – 2013.

A partir das bibliografias citadas acima, busca-se uma melhor compreensão do processo de formação e a ocupação territorial do norte do Paraná e suas transformações. Principalmente quais as circunstâncias impostas por esse processo capaz de gerar discórdia entre pessoas levando-as em incessantes conflitos pelo direito a posse das terras que por inúmeras vezes acabaram em morte.

O presente trabalho está dividido em dois capítulos, juntamente com introdução e conclusão. O primeiro capítulo dedica-se a fazer uma breve síntese da questão agrária no Paraná nos fins do século XIX e início do século XX, dialogando sobre a formação do campesinato e suas origens, latifúndio e violência, divisões territoriais e a formação de conflitos e a luta pela posse da terra. Já no segundo capítulo a abordagem é mais focada na questão dos posseiros de Porecatu, no que de fato ocorreu nesta passagem, suas lutas e revoltas, sua organização e no que resultou este processo. Neste capítulo, além de um diálogo com a bibliografia, apresentaremos uma análise das reportagens publicadas pelo jornal A Folha de Londrina sobre o conflito.

1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ NOS FINAIS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Na história, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e a posse da terra. (STÊDILE, 1996).

1.1 Origens históricas do campesinato

O conceito de campesinato teve sua origem na Europa no século XIX, mais especificamente na Rússia, onde surgiu a primeira corrente do pensamento intelectual, fato este que levou a diversas variações sobre seu conceito. De acordo com Sevilla e González (2005, p.79), o campesinato trata-se de uma categoria histórica, cuja condições de saberes mantem sua base de reprodução dos recursos naturais.

No século XIX ocorreu o surgimento de várias orientações teóricas, como explica Sevilla e González no livro “Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato” (2005, p.24):

No seio do norodnismo russo, coexistiram diversas orientações teóricas, com diferentes práxis intelectuais e políticas, que propugnaram e perseguiram para a Rússia um modelo de desenvolvimento econômico não capitalista em que aparecia, como protagonista central, o campesinato. (SEVILLA e GONZÁLEZ, 2005, p.24).

O conceito de campesinato se encontra presente junto as lutas de classe nos assentamentos, no sonho por um pedaço de terra, estando engajado no trabalho familiar, almejando por seus direitos.

O conceito de campesinato é um conceito atual e permanente, podendo ser entendido como uma classe social integrada à vicissitude de forças sociais e econômicas do mundo contemporâneo. No Brasil essa classe se destaca pelas forças de trabalho familiar, e a forma como se articula com o mercado local e o mercado capitalista. Uma breve discussão em torno do conceito de campesinato. (SEVILLA e GONZÁLEZ, 2010, p.2).

O camponês é mais que um produtor rural, mas também se encontra engajado na luta pela terra, fazendo parte dos movimentos sociais. Surgindo como uma forte expressão, indo em lado oposto ao sistema capitalista que preza a acumulação de bens. Tem como especificidade seus meios de produção, uma vez que a lógica que as diferenciam é a força de trabalho familiar.

De acordo com Marques (2002):

[...] O Campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de forma de subordinação às quais pode apresentar-se submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinatos”, ora à sua produção enquanto camponês. (Marques. A Atualidade do conceito de camponês. [...] (2002, p.3).

O campesinato brasileiro destaca suas especificidades com relação ao campesinato europeu, pois é um modelo desenraizado, migrante, marcado pela “mobilidade espacial”. Em contrapartida, o campesinato brasileiro engloba uma

luta constante, em especial com relação a sua permanência no solo, sendo a terra seu instrumento de trabalho e sustentabilidade. (ALMEIDA, 2003).

Nascido à margem do sistema escravocrata oriundo do Brasil Colônia, a população camponesa vê na posse sobre a terra seu meio de vivência. Fator que se intensificou devido sua exclusão frente a economia colonial, bem como as condições de proprietário de terra. Conforme afirma Martins (1981):

A exclusão do camponês [...] é aquela que marcou o período escravista, em que o trabalho na grande fazenda era fundamentalmente executado pelo escravo negro, de origem africana. Há algumas suposições fundamentadas para entendermos por que, ao invés de empregar o trabalho de índios e agregados na grande lavoura de exportação, preferiu-se empregar o trabalho cativo do negro. De um lado, porque o fundamento do trabalho escravo estava no tráfico negreiro, era no comércio escravista e não na fazenda escravista que a escravidão se recriava. Por outro lado, essa situação tinha o seu sentido, já que permitia aos traficantes de escravos fazer do cativo renda capitalizada, extrair renda da colônia já antes da produção colonial, ao invés de extrai-la por meio de monopólio e renda territoriais. O tráfico negreiro e o trabalho era o que retiravam da colônia qualquer caráter feudal. Permitiam que, ao invés da metrópole tirar renda da terra através de uma elite territorial, de um monopólio de classe ou de um monopólio estritamente estamental sobre o solo, tirasse renda na circulação, fazendo o escravo produzir renda capitalizada antes de produzir mercadorias, cobrando tributo antes da produção e não depois da produção [...]. (MARTINS, 1981, p.37-38).

Nas discussões e debates em torno da gênese do campesinato brasileiro, é de grande relevância ressaltar as roças/lavouras para o autoconsumo e o abastecimento interno. As produções oriundas das colônias visavam abastecer a Europa e a Metrópole Portuguesa, no entanto, havendo em sua margem, a produção voltada ao consumo interno.

Linhares e Silva (2009) descrevem haver três formas de produção com relação ao abastecimento interno: “[...] a) a brecha camponesa constituindo um protocampesinato; b) os lavradores diretamente subordinados aos senhores de engenho; e c) os pequenos produtores do Agreste e do Sertão [...]”. (LINHARES; SILVA, 2009, p.133). Os autores ressaltam que, quanto aos posseiros, eles “[...] formavam uma ampla franja demográfica na região do Agreste e mesmo do Sertão. [...]”. Logo, “[...] a produção de alimentos é a atividade principal, ao lado do plantio de algodão e/ou da criação de alguns animais de pequeno porte (cabras, porcos etc.)”.

No entanto, para de fato compreender o campesinato brasileiro, sendo considerado como uma classe social, oriundo do modelo de produção capitalista, possuindo sua duplicidade, onde o proprietário é o trabalhador em suas terras, Almeida (2006) ressalta:

[...] podemos dizer que o âmago da especificidade camponesa reside no fato de os camponeses não constituírem uma classe “pura” do modo capitalista de produção, já que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores, acrescido ao fato de que a organização do campesinato se funda uma relação não capitalista. Aceitar tal assertiva implica trabalhar com a noção de formação socioeconômica na concepção marxista, que emprega para explicar a totalidade do processo do capital, cujo núcleo é o seu desenvolvimento desigual. Portanto, apesar de o campesinato ser uma relação neocapitalista, sua reprodução deve ser entendida com base nas diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital, e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção. (ALMEIDA, 2006, p. 84-85).

Almeida (2006) em seus estudos, apresenta seu ponto de vista, onde relata ser insuficiente analisar somente a reprodução do campesinato deixando suas lutas, suas conquistas, visto que não se trata de um processo mecânico. Visto que suas lutas tem possibilitado a territorialização e a re(criação) camponesa.

[...] a (re)criação do campesinato como uma relação não capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista, situação que, por sua vez, ao permitir a acumulação do capital, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda seja na luta pela terra de trabalho. Em suma, podemos dizer que o campesinato contraditoriamente é recriado pelo próprio processo de desenvolvimento do capitalismo, e que essa contradição se expressa no fato de que a unidade de produção camponesa representa uma relação não tipicamente capitalista, no entanto, é preciso não esquecer que essa recriação não é funcionalista, por isso ela se faz por meio da luta (ALMEIDA, 2006, p. 86).

1.2 Latifúndio e Violência

Algo que vem acontecendo ao longo da história e no desenvolvimento do campesinato e que gera bastante repercussão, é a violência que carrega junto de si. E podemos considerar como uma violência visível, física e devastadora, onde as repressões contra o trabalhador camponês são a cada dia mais intensas, a disputa pela terra se torna assim um campo de batalha onde quem

pode mais pode tudo. Quanto vale uma vida humana? No decorrer dos processos de luta pela terra foram muitos os índios, caboclos, camponeses tombados em batalha. São vidas tiradas, famílias que ficam desamparadas e as terras somente manchadas.

Os princípios do latifundiário estão basicamente vinculados ao uso da força brutal, ao uso da violência. Buscam eliminar todo e qualquer tipo de manifestação ou resistência, utilizam-se do poder para criar o medo, o pânico e a passividade para que não haja resquícios de organização ou luta. O domínio, o poder e suas influências lhes dá total autonomia na execução das atrocidades que geralmente passam impunes.

A violência do latifundiário surge quando os trabalhadores começam a lutar contra a violência estrutural. Os que lutam contra o latifúndio são uma ameaça, aos interesses dos latifundiários. Estes procuram destruir esta ameaça, mesmo que para isto também tenham que matar ou mandar matar. (STÊDILE, 1996).

As violências cometidas contra os trabalhadores são basicamente feitas por pistoleiros, entre outros, que queiram prestar esse tipo de serviço sujo a troco de dinheiro. Essas pessoas exercem o crime de assassinato com tamanha frieza. Os serviços são cobrados a partir da importância da pessoa encomendada a morte. Outros grupos também são utilizados, como por exemplo; a contratação de grupos especializados formados por ex-agentes do exército, e policiais militares como afirma STÊDILE em um trecho de seu livro.

“Agora os fazendeiros contratam grupos especializados em eliminar pessoas, que são os sindicatos do crime e os grupos paramilitares. Grupos organizados e treinados, muitos deles de gente que sai do exército e das polícias militares e forma brigadas clandestinas de extermínio de lavradores, oferecendo seus préstimos aos grandes donos de terra e de gado, que também se acham donos de gente”. (STÊDILE, 1996).

Porém, apesar das investidas e das repressões vivenciadas, os camponeses continuam a pôr a luta e suas reivindicações em prática. Inclusive é a partir do sofrimento e das injustiças sofridas que conseguem mobilizar-se para seguir lutando, a partir daí prevalecem a união entre esses camponeses. Como diz um ditado popular: “A união faz a força”.

Nada disto, porém, nada fazem os lavradores desistirem de lutar. Novas formas são descobertas para enfrentar o poder e as armas dos fazendeiros, para retirar de suas mãos o que ilegítimamente detêm. (STÉDILE, 1996).

1.3 A questão agrária no Paraná 1940

Baseado em sucessões de compras e vendas de terras, conflitos internos e decadência política, encontrava-se um Paraná cheio de problemas em 1940 (OIKAWA; 2011.) Inspirado nas políticas do Estado Novo, elaborada pelo então presidente da república no período (Getúlio Vargas) e executadas pelo interventor e governador do Paraná (Manoel Ribas), o estado encontrava-se baseado em políticas de colonização, que buscavam apropriar-se das grandes extensões de terras norte paranaenses, exercendo políticas desenvolvimentistas no campo e no setor industrial, que ficou conhecida como *“Marcha para o Oeste”*. (OIKAWA; 2011.)

Já nos finais do século XIX e início do século XX, há grande avanço industrial e o crescimento das atividades cafeeiras no estado do Paraná. Proporcionadas por políticas econômicas de colonização, a região torna-se assim foco de grandes proprietários de terras e empresas privadas atuantes no mercado industrial. Até então esta região era basicamente formada de imensos sertões com grandes extensões de matas com solo muito fértil, composto de terra roxa, uma imensidão de terras “desocupadas”, que posteriormente veio a sofrer grande mudança decorrente a expansão demográfica e intervenção humana.

(...)sendo a Região do Norte Novo até então quase que completamente coberta de matas, motivo de interesse de companhias particulares. Uma delas, a Paraná Plantations Ltda. e sua subsidiária no Brasil - Companhia de Terras do Paraná, em posses de terras devolutas adquiridas do Governo do Estado, veio propiciar, em sua fase inicial de colonização (fase Inglesa), o desenvolvimento da pequena e média propriedade mediante a venda de pequenos lotes. (PERARO; 1978).

Desta forma, o governo e as empresas colonizadoras, buscavam o desbravamento e a ocupação territorial de maneiras diversas, e em diferentes pontos nesta região. Utilizavam de pequenas concessões de terras e promessas

para posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos, que vinham do interior do Estado de São Paulo e de outras regiões do país, que tinham entre si os mesmos objetivos, ou seja, conseguir melhores condições de trabalho e vida, e principalmente obter a posse da terra. (OIKAWA; 2011).

Essas políticas de colonizações eram executadas da seguinte forma:

Todo aquele que estiver interessado em ocupar terras devolutas (...) visando ocupar até 200 hectares de mata a preço mínimo de 18 mil-réis o hectare. Ali o posseiro deve derrubar a floresta, plantar, produzir e viver por seis anos. No final desse prazo poderá requerer a posse definitiva da terra. (OIKAWA; 2011).

Ao adquirir grandes quantidades de terras, o objetivo dessas companhias colonizadoras era criar uma grande ocupação demográfica. Seus objetivos, obter lucros no setor imobiliário, bem como mão-de-obra barata para a realização da produção e do cultivo em diversos setores agrícolas. Basicamente constituídas de plantação do café, cana-de-açúcar e a criação do gado de corte.

Junto da modernização e impulsionado pela expansão territorial, a cada passo vinham-se desenvolvendo estradas e “novas” colônias mata adentro. Colônias essas que futuramente viriam a gerar as cidades e pequenas vilas na região.

O avanço no setor industrial e o sistema de colonização adotado pelo governo do estado do Paraná, é sem sombras de dúvidas o fator principal que movimentou a expansão e fixação do povoamento nas terras devolutas. Tem-se o cultivo do café e seu aumento constante de produção, como principal fonte de trabalho e renda para pessoas dispostas a conseguirem o sustento de suas famílias, tornando a produção cafeeira um negócio provedor de grandes riquezas para seus detentores. (PERARO, 1978).

A efetivação do produto ocorreu em virtude de vários fatores que na época propiciavam a plantação e o cultivo no Estado do Paraná, já que o governo tinha interesse em colonizar novas áreas e não possuía o Estado mais de 50.00 pês de café (...) como consequência a produção era cada vez mais impulsionada. (PERARO; 1978).

O desenvolvimento a ocupação no Norte do estado, ocorreu aproximadamente em toda da década de 1930 e teve como fator principal a

Companhia de Terras Norte do Paraná. Uma companhia inglesa, cujo objetivo central era obter lucros no setor imobiliário, como já foi citado acima. Estas depositavam seus investimentos no decorrer das extensões das linhas férreas instaladas pela Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. Essa junção proporciona ao desenvolvimento desenfreado da pequena e grande propriedade rural, que por ventura são comercializados facilmente devido à valorização do espaço e fertilidade do solo como afirma PERARO em um trecho de seu livro:

Já nas décadas de 1930, teve início a ocupação demográfica e econômica de novas zonas no Norte do Paraná, em virtude de uma político-econômica propicia a expansão sendo a região do Norte Novo até então quase que completamente coberta de matas, motivo de interesse de companhias particulares, uma delas, a Paraná Plantations LTDA ou sua subsidiária no Brasil a Companhia de Terras do Paraná, em posse de terras devolutas adquiridas do Governo do Estado, veio propiciar em sua fase inicial de colonização (Fase Inglesa), o desenvolvimento da pequena e média propriedade mediante a venda de pequenos lotes. . (PERARO; 1978.P 11).

Os métodos utilizados nas compras e vendas de terras e pequenos lotes pelas empresas de colonização, foram investimentos baixos, mas com grandes lucros. Adquiriam as terras inóspitas desvalorizadas e de difícil acesso por um preço considerável, e posteriormente as negociavam por preços maiores sem muito custo. Utilizavam-se então de posseiros e sesmeiros, motivados por promessas ilusórias, para a realização do desbravamento e manuseio das terras, logo após a realização deste processo, eram então expulsos de suas posses, obrigados assim a deixarem seus respectivos lares sem direito algum, quase sempre por ameaças. Tem-se então este como o principal motivo que propulsionou o revide por parte dos posseiros e trabalhadores rurais, e como foi no caso de Porecatu, acabou-se em uma Guerrilha.

Da noite para o dia, terras que estavam sendo utilizadas pelos posseiros há anos (seguindo os moldes propostos pela Marcha pra o Oeste) eram negociadas por pessoas ligadas diretamente a Lupion que, “misteriosamente”, forjavam documentos referentes às glebas da região de Porecatu, vendendo-as ilegalmente logo em seguida. (LEOCADIO; 814.).

2 PORECATU: A DISPUTA PELAS TERRAS E A ATUAÇÃO DE POSSEIROS E GRILEIROS

O presente capítulo busca analisar de forma mais específica a guerrilha de Porecatu, dialogando com a bibliografia e com o jornal A Folha de Londrina, que retratou o conflito quase quatro décadas depois do ocorrido. O jornal Folha de Londrina, no início dos anos de 1980, realizou uma série de reportagens sobre a Guerra de Porecatu, entrevistando figuras importantes tanto do PCB regional quanto nacional. Naquele momento, as lutas pela terra e as mobilizações em torno da reforma agrária marcavam o país, especialmente em função da atuação do MST, conforme falarei nas próximas páginas.

2.1 Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é originário de um conjunto de conflitos fundiários no sul do país, cujas características são fundamentais as ações de ocupações como meio de pressão e conquista da terra. Sua origem está vinculada a modernização pelo qual passou o campo e agricultura brasileira, especialmente na região sul, nos anos de 1970, onde dificultou a reprodução das unidades familiares de produção (CALDART.1996).

Segundo o autor, o Movimento em Terra começa a se constituir no final da década de 70, quando os camponeses sem terra resistiram as propostas governamentais de colonização, uma vez que o governo não possuía a intenção de mudar as estruturas fundiárias do pela realizando a reforma agraria Momento marcado pela efervescência de conflitos originários no período de pré golpe civil militar se estendendo pelo regime ditatorial, instalado no país, em abril de 1964.

A luta pela terra se intensificou a partir da de 1980, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), permitindo que um significativo número de trabalhadores tivesse direito a terra I segundo dados do INCRA, no Brasil foram assentadas até o ano de 2015 o total de 800.877 famílias, em uma área equivalente a 88 milhões de hectares. Deste modo, entende-se a luta por um pedaço de terra, tirando do solo seu sustento, sendo este o sonho que move o camponês (CALDART.1996)

Mesmo com as mudanças ocorridas, Caldart (1996) ressalta que:

O MST, fundado na mais de uma década e o mais dinâmico movimento rural da América Latina. Suas atividades envolvem mais de meio milhão de trabalhadores rurais, incluindo membros de cooperativas, ocupantes de terras e afiliados rurais num território que abrange a maior parte do Brasil. Desde o início da década de 80, o MST foi além da assistência social para a classe trabalhadora, ocupando grandes áreas rurais não cultivadas e organizando cooperativas transformando num movimento de larga escala para alterar relações de posse da terra e por último o sistema socioeconômico (CALDART, 1990, p. 19).

No entanto, Caldart (1996) enfatiza que, no ano de 1985 foi realizado o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra na cidade de Curitiba PR, onde foi o encontro base para a união do movimento em defesa da reforma agrária, a exploração da terra pelas empresas multinacionais, o processo de desapropriação de propriedades maiores de 500 hectares, a criação de novas leis e a extinção do Estatuto da Terra. Marx e Engels (1908) destacam em seus estudos que:

Vocês se horrorizam com o fato de que queremos abolir a propriedade privada. No entanto, a propriedade privada foi abolida para nove décimos dos integrantes de sua sociedade; ela existe para vocês exatamente porque para nove décimos ela não existe. Vocês nos acusam de querer suprimir a propriedade cuja promessa é privar de propriedade a imensa maioria da sociedade vocês nos acusam em resumo, de querer acabar, com a sua propriedade. De fato, é isso que queremos (MARX ENGELS, 1900, 23).

Nesse contexto, o jornal Folha de Londrina publicou uma série de reportagens sobre as lutas pela terra, que serão apresentadas no decorrer deste trabalho.

2.2 Posse, políticas de colonização

Incentivados por promessas governamentais e na expectativa de obter os títulos e a posse de terras, o número de posseiros aumentava a cada dia mais. Vindos das Regiões Norte e Sul do país, os posseiros improvisam barcas e meios de transporte e adentraram a mata fechada. Demarcam seus espaços, derrubam as matas, e iniciam-se as plantações, onde produziram o necessário

para sua própria subsistência, e com a venda dos excedentes arrecadar algum lucro.

A divisão e a colonização por parte dos posseiros, pequenos produtores e arrendatários, ocorreram em pequenas divisões de terra constituídas por matas fechadas, desbravavam os espaços e praticavam a agricultura familiar, produção em pequena escala, entre outros, como por exemplo, a criação e manejo de safra de porcos, onde esses animais eram utilizados tanto para o consumo diário como para a venda.

As famílias Billar e Nunardelli são as pioneiras a se estabelecerem na região norte do estado. Em apenas 5 anos de trabalho, são 40 alqueires de mata derrubada, 17.200 pés de café e 5 alqueires de pastos rodeados com 800 metros de cercas. É construído mangueirão de porcos, casas e paiol, tem-se ali o sonho de construírem suas vidas. (OIKAWA; 2011).

Essas ocupações ocorriam em diferentes etapas. Em primeiro lugar era feito o reconhecimento das áreas, trabalho esse desenvolvido pelos chefes das famílias, em seguida os processos de derrubadas e formação das lavouras e também a construção dos ranchos, e por fim, ao estarem estabelecidos, a vinda das mulheres e dos filhos.

“Os que veem depois, são hospedados nas casas dos que ali se estabeleceram antes, onde recebem todos os subsídios necessários até a construção e adaptação no local” (OIKAWA; 2011). As divisões das posses eram demarcadas de acordo com as condições das famílias. Famílias maiores, espaço maior, assim por diante. Para facilitar a locomoção interna, a extração de seus produtos e até mesmo o acesso a outras regiões do estado, *“as famílias de posseiros buscaram construir estradas, que viriam a facilitar o acesso a outras comunidades, patrimônios, na junção e organização das famílias e trabalho árduo, são feitos 12 km mata adentro, até os vizinhos e estradas mais próximos”* (OIKAWA; 2011).

Os posseiros estabeleciam vínculos importantes com os comerciantes das pequenas cidades, por todas as redondezas de suas posses. Realizavam transações de mercadorias; obtinham tudo que não produziam, como sal e açúcar. Esses vínculos são fortalecidos devido à relação de honestidade e compromisso por parte dos posseiros com os comerciantes, e em nome destes vínculos recebiam as informações necessárias sobre a região, como

localização de terras melhores e os meios de obterem o direito da posse da terra. Logo mais no auge da guerrilha, recebiam até mesmo informações de possíveis invasões de grileiros em suas terras, ou qualquer tipo de ameaça, possibilitando-os o tempo necessário para organizarem-se e não serem pegos de surpresa.

Os posseiros começam a trabalhar. Buscam a subsistência familiar em primeiro lugar, mas o projeto é de enriquecer com o comércio de excedentes. A fartura é garantida com a diversificação, plantando milho, arroz, feijão, mandioca, horta e pomar. O manguirão dos porcos e as galinhas no quintal completam a felicidade.”. (OIKAWA; 2011).

Com relação a família Lunardelli, a mesma chegou em meados da década de 1940 ao norte pioneiro, onde teve sua atividade voltada ao monocultivo da cana-de-açúcar, também inaugurando a Usina Central do Paraná. No entanto, sua chegada acarretou diversos conflitos, dentre eles a perseguição aos colonos, onde teve como aliado a força policial, perseguindo os colonos, sendo anos de terror e medo espalhado pela população. Lideranças foram presas e muitas dessas assassinadas, ficando suas terras sob posse da então citada família Lunardelli.

Houve grandes progressos da família com relação ao plantio e comercialização do café, no entanto, foi no ramo da cana-de-açúcar seu destaque na produção, o qual era produzida na Fazenda Jaborandi, dos proprietários Lunardelli, associado a venda de lotes de terras, fez com que sua renda progredisse, no entanto, em contrapartida, prejudicando pequenos agricultores rurais. Sendo a família Lunardelli a principal referência de poder e dominação política e econômica pertencente a Porecatu (MORENO, 2012, p. 76, 78).

No entanto, a municipalização do município de Porecatu foi considerado um marco, onde em grande parte tem sido um empreendimento dos Lunardelli, ou seja, a literatura o descreve como os (“coronéis”) locais (QUEIROZ, 1969).

Ferreira trás a seguinte afirmação (1984):

(...) o lugarejo Brasília já é alçado à categoria de patrimônio do município de Sertanópolis, com a denominação de Porecatu, em 1943. A criação do patrimônio não foi resultado somente de sua própria expansão populacional mas também da influência dos

Lunardelli, interessados em alcançar rapidamente a autonomia administrativa da região, o que de fato logo ocorreu, em 1947, quando Porecatu foi elevado à categoria de município, sendo alçado à comarca já no ano seguinte (FERREIRA, 1984, p.105).

Diante de estudo realizado, observa-se as manifestações oriunda do poder local, onde se articulam dimensões de vida, sobressaindo a forte influência da família Lunardelli, havendo um reconhecimento em todas sobre as autoridades locais.

2.3 O interesse pelas terras: Questões políticas e econômicas

Os interesses pelas terras cobertas por grandes extensões de matas fechadas, vinha se desenvolvendo desde a Proclamação da República. O surgimento da *“nova constituição Brasileira de 1891 optou pelo federalismo, concedendo autonomia aos estados, deste modo, o poder descentralizava, dando possibilidade aos estados a terem mais liberdade para o governo”* sendo que no ano seguinte o Paraná formula sua própria constituição sobre as leis de terras, onde cria cláusulas contratuais deixando brechas, onde *“reconhece a legitimidade das posses concedidas por sesmarias ou outros tipos de concessões”*. Oikawa, em um trecho de seu livro, nos traz uma breve síntese de como eram os trâmites feitos nas negociações das terras antes mesmo do início da colonização de 1940.

Estamos em 1906, assim, as terras permanecem em descanso sem qualquer cultivo ou colonização até 1940. Nesse ano, vivendo em São Paulo, Dona Escolástica Melchert da Fonseca, viúva de José Manoel, decide lotear a área em grandes glebas, vendendo-as a fazendeiros paulista que iniciaram a agricultura na região 50 anos depois de sua primeira intitulação(...) o pano de fundo que permite estas e outras transações e caprichosamente costurado pela Lei n. 68 de 1892. Ela reconhece a legitimidade das posses concedidas por sesmarias ou outros tipos de concessões (...) a mesma lei permite que o Estado aliene suas terras para quem se dispuser a produzir ou fazer algum bem a coletividade. Por estes dispositivos, grandes quantidades de terras são transferidas para empresas privadas. (OIKAWA, 2011).

Para além da extraordinária capacidade de fertilização e facilidade ao acesso às terras, o que moveu de fato a colonização ou melhor dizendo a expansão territorial na região norte do Estado, claro que além da intervenção

direta dos posseiros, foi sem dúvida a atuação de grandes empresários e latifundiários de terras.

De acordo com Ferreira:

Os agentes responsáveis pela expansão das fronteiras agrícolas e o avanço tecnológico no estado assim como os posseiros, foram também sem dúvidas os latifundiários e empresários do estado de São Paulo e do Paraná. Constituíram fazendas com imensas extensões de terras, voltados para a produção principalmente de lavouras de café, cana-de-açúcar e o gado, as condições eram propícias a aplicação de um capital cujos lucros seriam consideráveis, tanto pelo fato da qualidade do solo como nas condições e acordos governamentais que favoreciam ambas as partes. (FERREIRA; 1984).

O fator essencial, foi a facilidade encontrada na implantação da tecnologia visando a produção em grande escala e as condições favoráveis a altos investimentos. Para dar conta de tamanha demanda, grandes latifundiários empreendedores, aproveitavam-se da necessidade de subsistência por parte dos trabalhadores camponeses, que agora aglomerados se abrigam nas novas colônias que vinham se formando em diversos pontos da região.

Estes os camponeses e trabalhadores, são os agentes essenciais para movimentar seu capital com menor custo possível, ou seja, exploração da força de trabalho, como afirma Ferreira em outro trecho:

Assim depararam-se com uma região quase inabitada sem nenhum tipo de base tecnológica montada, aproveitam da necessidade de subsistência de trabalhadores camponeses para darem conta da produção agrícola, “os empreiteiros, parceiros assalariados” eram os encarregados de movimentar seu capital e fornecer-lhes uma mão-de-obra barata. (FERREIRA; 1984).

Assim podemos ter ideia de como ocorreu esse processo de colonização bem como a participação de ambos protagonistas deste processo, posseiros e latifundiários, cada qual com seus objetivos.

2.4 Os mecanismos usados pelos fazendeiros: Grilagem, Violência

A junção entre empresas privadas, grandes fazendeiros e o governo do estado, formou uma grande força repressiva contra posseiros e pequenos agricultores. *“As repressões foi o meio mais conveniente de conseguirem*

apropriar-se das terras”, suas principais ferramentas eram a da grilagem. Ou seja, a falsificação de documentos para a tomada da posse de terras irregularmente: *“o termo grilagem vem de um método utilizado para o envelhecimento precoce de documentos falsos, estes colocados dentro de um caixa com grilos para que seus excrementos venham dar uma aparência amarela deixando-os com resquícios de mais antigo”* (OIKAWA; 2011).

A presença desses grileiros de terras na região, trazia consigo “matadores de aluguel” também conhecidos como jagunços ou pistoleiros, homens contratados especificamente como protagonistas nas frentes de repressão, mas, tínhamos também a presença e participação da polícia, como defensora dos “cidadãos de bens” e os interesses do Estado, *“os dois aparatos buscavam reduzir as margens de acesso à terra, e gerar o medo aos posseiros”*. (PRIORI; 2009). “Esses jagunços (grileiros, pistoleiros) eram assim contratados especificamente como objetivo de aterrorizar as famílias dos posseiros em suas moradias”. (PRIORI; 2009).

Adentravam as posses, e cometiam barbáries com os moradores presentes ali, esses eram assim forçados a assinar “acordos baseados em insignificantes compensações financeiras, quando não expulsavam os homens, mulheres e crianças sem qualquer cerimônia”. Mas, as humilhações não paravam por aí, nas “visitas” desses homens também destruíam plantações e matavam seus animais. (LEOCÁDIO; 1940-2011).

A atuação dos grileiros baseava-se em expulsar os posseiros e reabilitar as terras. No processo de tomada das terras, as mais variadas formas de violência eram cometidas contra os posseiros. Os, jagunços e pistoleiros, como agentes responsáveis pela execução dos mandados de expropriação das terras, estes utilizavam de ameaças e em alguns casos específicos a força brutal havendo objeção em deixar as posses.

Os escolhidos, primeiramente, eram os posseiros mais pobres. *“Ateando-lhes fogo nas casas, eram desabrigados e obrigados a se retirar de suas posses sem direito algum”*, cabia assim ao governo apenas a parte simples da tarefa, *“venderem os lotes desocupados”*. (OIKAWA; 2011).

Os fazendeiros e seus jagunços escolhem os posseiros mais pobres e primeiro ameaçam. Depois, colocam fogo em suas casas e os põem para fora. O teatro da luta está armado e o drama se desenrola. O

comportamento do governo do Paraná e de protelar as regularizações dos posseiros e vender grandes lotes já ocupados são o combustível do fogo que vai incendiar a região. Os assassinatos, as invasões violentas nas posses, incêndios nas casas dos posseiros, o abate dos animais de criação- porcos, galinhas gado, perus- e os estupros tornam-se comuns, causam revoltas e aos poucos grupos armados vão se formando para resistir no interior de suas terras. (OIKAWA; 2011).

Logo após concluírem o processo de expropriação, as propriedades eram organizadas baseadas na monocultura do café e na criação de gado de corte, de acordo com os interesses dos novos proprietários das terras.

2.5 Investidas, organização e luta dos posseiros de Porecatu

A expulsão daquelas pessoas de suas terras é o fator principal e também o motivador da formação das organizações e da resistência, cujo objetivo maior era defender seus direitos, principalmente aquele pela posse da terra e sobretudo, naquilo que haviam produzido ali. (PRIORI; 2009).

Devido às necessidades e ao desespero dessas pessoas cuja paz vinha regularmente sendo tirada por investidas de grileiros, a única solução encontrada pelos posseiros de Porecatu foi de fato se organizarem. Combater fogo contra fogo, pois cada dia as reparações e invasões eram constantes e a violência só aumentava, e que acabou levando posteriormente a criação de levantes armados.

Acuadas pelas investidas, as alternativas das famílias de posseiros são pouca. *“Procurando por segurança, as famílias levantam um rancho no meio da mata para onde transferem mulheres e crianças”* (OIKAWA; 2011).

Para se ter uma ideia de como eram feitas as investidas aos posseiros e as formas de intimidação utilizadas por jagunços, Oikawa nos traz em um trecho de seu livro a descrição destes indivíduos.

José Carlos celestino anda com dois cinturões carregados transados no peito, como lampião. Usa um chapelão e roupas ornamentadas com botões prateados e dourados. Quando sai para o mato todo mundo sabe que alguém vai sofrer. O homem sabe derramar terror. Exibicionista, segue sentado no capô do jipe, exibindo um winchester, dois revólveres, uma peixeira e uma faca bem afiada que leva sempre no cano alto da bota de boiadeiro. É um homem extremamente violento. Quem resiste é martirizado e serve de exemplo. É o caso do posseiro que foi despido e está sentado sobre um tambor quente. (OIKAWA; 2011).

As investidas contra os posseiros de Porecatu se tornavam constantes e insuportáveis; estes faziam o que podiam para se manterem firmes na luta. De um jeito meio desorganizado revidavam contra qualquer tipo de ameaça, fossem fazendeiros, jagunços ou policiais. *“Não havia planos ou estratégias, era apenas resistir motivados pelo desejo de permanecer na luta”*. (LEOCADIO; 1940-2011).

Suas armas não passavam de seus instrumentos de trabalho e algumas espingardas ou então carabinas, armas essas geralmente utilizadas para a caça e atividades cotidianas. Devido a fragilidades de suas armas, as poucas tentativas de resistirem acabavam por falhar. *“A maioria estava armada de espingarda ou então carabina de 12 tiros. Essas armas eram comuns na região e utilizadas para caça”*. (PRIORI; 2009).

O início da resistência dos camponeses de Porecatu e região, firmou-se concretamente após a formação das Ligas Camponesas. Tem-se no ano de 1944 dois movimentos que marcaram o início das organizações dos posseiros.

“No local conhecido como Ribeirão do Tenente, um grupo de 270 famílias fundou uma liga camponesa em que foram escolhidos os posseiros Herculano Alves de Barro e José Billar como seus representantes. Em Guaraci, outro grupo de famílias também formou uma Liga, sendo que o representante escolhido para defender os interesses na defesa de suas terras foi o posseiro Manoel Marques da Cunha. Um único objetivo pautou a atuação dessas duas ligas: legalizar a posse da terra” (PRIORI; 2009).

No ano de 1946 houve uma grande manifestação por parte dessas ligas que vinham sendo formadas nos arredores de Porecatu, Ribeirão do Tenente, Centenário do Sul, Guaraci, Água das Pelotas, cabeceira do Centenário, Água Tupi e Ribeirão do Capim. Estas formaram um levante com aproximadamente 1500 pessoas na cidade de Guaraci no Noroeste do Paraná, para fechar a estrada que ligava Presidente Prudente (SP) a Londrina (PR). *“O objetivo era sensibilizar o governo e os políticos para a situação de instabilidade que vivia a região e pela legalização imediata das terras dos posseiros”*. (PRIORI; 2009).

Essas ligas eram formadas basicamente por organizações de pequenos agricultores, sendo consideradas como uma das principais formas de articulação e luta dos posseiros, que posteriormente levou à formação de levantes armados com o envolvimento direto do PCB (Partido Comunista Brasileiro) principal organizador da resistência armada. Na citação abaixo, o jornal A Folha de Londrina relata como iniciou esse envolvimento do partido:

A decisão do partido Comunista brasileiro em assumir a organização da luta armada no Norte do Paraná foi concretizada formalmente em novembro de 1948 na casa de Hilário Gonsalves Padilha, na fazenda Umuarama, quando os posseiros aceitaram os argumentos de vários emissários do “Partidão” de que a única saída para a defesa de suas terras era pegar em armas. (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 09)

O início das articulações feita por integrantes do PCB, ocorriam em reuniões com pequenos grupos de posseiros nos finais de semana em algumas casas. O debate era voltado aos direitos dos posseiros, tratavam principalmente a questão da posse e as injustiças bem como ameaças sofridas; *“o direito da terra pertence a quem nela produz”*, e a união de todos seria essencial para combater o mal que lhes afligia. A partir daí surgiram então as propostas de criação de grupos armados.

Além disso, os integrantes do PCB realizavam varreduras pela região mata a dentro, fazendo levantamento geográfico para o melhor conhecimento dos pontos estratégicos onde viriam ser montados os acampamentos.

De acordo com o jornal: “Contudo, através de algumas indicações feitas por várias testemunhas pode-se concluir que o “Partidão” tratou de preparar o terreno para assentar operacionalmente os grupos armado, já existiam a tempos”. (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 09).

Os meios e as formas de comunicação ou conscientização eram feitos nas estradas rurais, escolhiam alguns pontos das estradas e as entrincheiravam (interditavam), a única forma de passar era ouvir seus ideais, saber o que de fato estava acontecendo e o porquê daquele movimento, sendo assim, uma forma inteligente de conscientização sobre resistência.

Passar informações sobre suas causas foi de suma importância, mas, receber informações sobre tropas inimigas lhes dava certa vantagem e tempo para organizarem-se. Mesmo os posseiros estando embreados em meio a matas fechadas, desenvolveram juntamente com integrantes do PCB meios de obterem tais informações:

Os lavradores, pequenos proprietários ou antigos posseiros, já de idade, que não despertavam a atenção da Polícia, ficavam normalmente nos botecos das cidades onde os soldados e policiais costumam frequentar. As informações importantes eram repassadas depois por “correios”. e “estafetas”, para os grupos, no mato, através de esquemas previamente montados (...) ali tanto as informações quanto mantimentos, roupas e munição, eram entregues para três posseiros que sabiam qual seria a “entrega” da noite ao ouvir “piadas de aves” imitados pelos homens do PCB”. (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 10).

Oikawa em um trecho de seu livro nos mostra mais um pouco das características e diferentes formas de atuação do PCB no campo e na cidade:

Apesar de suas características urbanas, o PCB de Londrina exerce sua atividade no meio rural. Funda um comitê de apoio e sua maioria é constituída de profissionais liberais. O único operário é Manoel Jacinto. O comitê em Londrina e as ligas Camponesas na região fazem as campanhas de arrecadação e doações. O comitê também organiza comícios de solidariedade e faz a propaganda com pichações de muros. A Cidade transforma-se no centro irradiador da implantação do partido no Paraná. (OIKAWA, 2011).

Foram longos e intensos os meses de embates e as investidas contra os posseiros. Mas, enfim, o PCB veio para ajudar. *“Enquanto a situação tornava-se insustentável para os posseiros, o PCB agia em defesa das vítimas, apoiando, organizando e incentivando as centenas de famílias, que se preparavam para o pior”.* (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 05).

Em abril de 1947 podemos considerar o mês do início em si da Guerrilha de Porecatu. Com a vinda do recém-eleito Governador Moysés Lupion (PSD) para a cidade, traz consigo um falso discurso baseado em promessas vagas de pacificar a região; “dando 10 alqueires de terras devolutas do Estado em Paranaíba a todos que estavam tendo problemas com fazendeiros e grileiros”.

“Os senhores não poderão ficar em propriedade que não lhes pertencem”, anunciou Lupion. “Podeis ficar tranquilos porque o Governo atual

dará a cada um de vós um lote e uma casa, em área que já está reservada”. (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 06).

Após tal promessa firmada caberia aos posseiros esperarem ser reassentados na nova área prometida, deixando de realizar as derrubadas e de plantarem; porém as promessas não se cumpriram:

Além de não cumprir a promessa, Lupion nomeia o violento Aquiles Pimpão como delegado na região. Ele deveria cumprir uma tarefa básica: manter a ordem a qualquer custo. Missão fracassada: já no 28 de agosto daquele ano ocorria um confronto sangrento em Guaraci, quando 12 homens armados, comandados por Antônio Barbosa, tentaram expulsar os trabalhadores administrada por Otávio Faria. Quatro pessoas morrem. Os corpos estendidos ali, no chão, era o prova maior de que estava deflagrado o início da resistência armada que se prolongaria até junho de 1951. (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 06-07).

Naquele período, o PCB foi jogado na ilegalidade. Diante da carência dos camponeses, o partido investe no fortalecimento de seus vínculos:

...naquele mesmo ano de 1947, o PCB foi jogado na ilegalidade, embora os comunistas de Londrina, Jaguapitã e de outras cidades do Norte do Paraná continuassem dando apoio ao movimento. Agora de maneira mais intensa. De Londrina viajavam constantemente (...) levam, remédios roupas e mantimentos. Esta ajuda dos comunistas, do final de 47 até setembro do ano seguinte, foi de suma importância porque grande número de famílias, confiante na palavra de Lupion, praticamente abandonou a lavoura, a espera que fosse reassentado. Esta pendência faz com que os comunistas angariassem uma forte simpatia junto aos posseiros, orientando as famílias a prosseguirem com a batalha legal pela posse de suas terras. (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 07).

Desanimados, os posseiros buscam acordos perante a justiça para receberem ao menos as benfeitorias feitas nas posses, mas, sem muito sucesso, apenas alguns posseiros conseguem tais acordos. As ameaças são constantes e as famílias padecem, levando muitos a constatar que não havia outra saída a não ser a luta armada. De acordo com o jornal: *“Por fim, no início de novembro um emissário (PCB) chega à região conflagrada e durante várias reuniões propõe aquilo que já estava na cabeça de todos e, de certa forma, já se manifestava na prática: a luta armada”.* (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 07).

O ano de 1950, principalmente a partir de junho, seria o mais violento de toda a guerrilha de Porecatu. Os “acordos” firmados no ano anterior, na verdade pouco contribuíram para a solução do Problema. (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 10).

Os motivos para partirem para uma luta mais radicalizada se acumulavam. Após novas promessas e enganação os posseiros sentem-se mais ameaçados e vislumbram ter que agir enquanto grupos armados.

De qualquer forma, as intimidações por parte do governo não encontravam guarida. Ainda no mês de setembro daquele ano houve a primeira ação dos posseiros enquanto comando militar. Eles invadiram a sede da fazenda centenário e deram um prazo de 24 horas para o administrador deixar a área com a família e outros empregados. O objetivo era controlar a área conflagrada, o que acabaram conseguindo, através de ações semelhantes realizadas durante a Guerrilha. (...) todos estavam armados de carabinas, parabéluns, alguns revólveres e chegaram de manhã à sede que foi imediatamente cercada. (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 10).

Uma das táticas utilizadas pelos posseiros para propor intimidação baseava-se em um discurso agressivo e hostil, no intuito de impor o medo; *“apresentou-se dizendo que no mato havia mais de 150 homens aguardando a ordem para atacar. Invariavelmente ordenava que seus homens, bem distribuídos, atirassem para o alto seguidamente, o que de fato dava impressão de serem dezenas de combatentes”*. (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 10). A partir daí se espalhou rapidamente a notícia de que posseiros estavam organizando-se armados e prontos para combater qualquer tipo de ameaças e lutar pelo direito as posses.

Utilizavam da região antes mapeada estrategicamente para realizarem as articulações necessárias dos combates e até mesmo a realização de instrução e manuseio de armas de fogo. *“O partido começa enviando carabinas e duas metralhadoras que não engasgam (...) os posseiros recebem treinamento de tiro e de manuseio de armas”* (OIKAWA, 2011).

Os preparativos para guerrilha se dão na construção de acampamentos (QG) em pontos estratégicos, exercem recrutamentos de pessoas a favor da causa, constroem barricadas, derrubavam árvores impedindo os tráfegos nas estradas com trincheiras deixando toda área sobre seus domínios em constante vigia, assim a resistência dos guerrilheiros de Porecatu ganha de

fato consciência política, ideológica, tática e física, a revolta chegava a seu ápice total e com ela a violência.

2.6 O principal confronto da guerrilha

As armas dos posseiros e soldados vomitam balas em dois confrontos no mato. Seis mortos, oito feridos. Era 10 de outubro de 1950, o dia mais sangrento da luta. (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 11).

Era 10 de outubro de 1950, também considerado como o dia mais sangrento de todo o embate que vinha sendo traçado por posseiros, soldados, jagunços e grileiros de terras. Empenhados em cumprir mandados e ordem judicial de desocuparem as posses, uma tropa militar composta de: *“22 soldados armados com F.O.-fuzis ordinários uma metralhadora ponto 30”* (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 12). Saem bem cedo rumo as terras dominadas pelos posseiros. *“Aquele grupo de soldados que se movimentava ainda no escuro, era uma pequena mostra das duas expedições fortemente armadas que o Governo enviou para a região conflagrada.”* (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 13).

Já no fim do dia ao pôr do sol, entranhado na mata por caminhos difíceis de se trafegar, encontrava-se o caminhão da Polícia militar trazendo junto de si, o que resultaria no dia mais sangrento dos combates travados em Porecatu.

No fim da tarde, quando o sol se camuflava, um caminhão da Polícia militar circulava com dificuldades por aqueles precários caminhos. Levando o trágico saldo humano da mais sangrenta passagem da luta: Seis corpos perfurados de balas, entre os quais dos jovens de 14 anos; diversos soldados feridos, rostos assustados perspectivas de novos embates. E a certeza de que a paz só viria após mortes e incontestáveis ciladas. (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 12).

Os caminhos eram de difíceis acesso pois as trincheiras e barricadas atardavam o deslocamento da polícia. Estes tinham que parar os veículos e realizarem a remoção dos empecilhos que os impediam de prosseguir viagem, quando em uma dessas paradas acontece a cena mais impactante de toda a guerrilha, um verdadeiro massacre. *“Havia mata cerrada dos dois lados. E de*

repente ouviu-se uma descarga de tiros” (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 14).

Vendo a beirada da mata a gente não podia imaginar que tivesse alguém escondido ali. O fato é que escutamos uma saraivada de balas e logo ouvi o garoto ao meu lado dar um grito e cair na carroceria com um tiro na nuca(...) o tiroteio durou mais de meia hora. As armas vomitaram balas de ambos os lados e depois houve um profundo silêncio na mata. O sol iluminou os estragos. (DEPOIMENTO DO POSSEIRO MANUEL JACINTO AO JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 12)

Deste embate destaca-se a perda somente do lado dos posseiros, não a relato de que policial algum tenha sido morto em combate, apenas feridos. Após o tiroteio o resultado foi quatro corpos de posseiros já sem vida estendidos em meio a vegetação, *“cerca de 10 minutos depois, os PMs deram busca na orla do mato a procura de vestígio dos atacantes e encontraram seus “troféus”, eram quatro mortos (...) junto dos corpos os soldados encontraram duas carabinas e um espingarda, destas de se carregar pela boca”.* (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 14).

Os confrontos não acabariam por aí, mais tarde no decorrer do dia em seu retorno a cidade o comboio enfrentaria novamente outras emboscadas, preparadas por outros posseiros alertados pelos tiros, que ocasionou no abandono do destacamento. Somaria –se assim mais duas mortes e alguns feridos.

Destaca-se aqui a diferença entre armamento utilizado neste confronto. Como citado acima o estrago feito pelas armas dos posseiros foi bem menor, seu poder de fogo era muito inferior ao da polícia, e podemos concluir isso em uma descrição feita do estado em que se encontrou os cadáveres dos posseiros após perícia médica, onde vem são detalhados minunciosamente os estragos feitos pelas balas dos fuzis.

As vítimas foram enterradas em covas no cemitério de Porecatu e o exame davérico constatou que um dos posseiros teve a cabeça atravessada, de orelha a orelha, por uma bala de fuzil, além de ferimentos na tibia esquerda, fratura exposta no terço médio da coxa esquerda, fratura no fêmur esquerdo. Outro teve morte instantânea ao receber um tiro no olho com saída na nuca, além de perfurações no peito. Em outra vítima verificou-se três ferimentos de bala no supercílio, na têmpora e no braço direito. O último, segundo a perícia, morreu com um tiro que lhe varou a cabeça, também de orelha a orelha, além de

outros ferimentos mortais no peito. Um massacre. (JORNAL A FOLHA DE LONDRINA.1985. P 14-15).

As perdas foram sem sombra de dúvidas profundas para os posseiros, sua luta pela terra foi marcada de conflito mortes e violência que fazem parte de sua história. Segundo Priori, "o saldo de mortos no combate é incerto. O historiador Ângelo Priori estima que pelo menos 20 pessoas morreram nos enfrentamentos, sendo 12 jagunços". Porém sabe-se que todas mortes de posseiros neste período de colonização e luta pela posse de terras não foram contabilizadas nesta lista, apesar de todo o ocorrido.

O conflito só se encerrou no ano de 1951, com a intervenção policial do Estado, onde defendia os fazendeiros em sua posse de terras, cujo projeto se voltada a industrialização do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Guerra, guerrilha, revolta camponesa ou conflitos armados, são tantos os nomes dados a este acontecimento no Norte Paranaense nas décadas de 1940 a 1950, vários autores discorrem sobre este tema a partir de suas investigações. As características desse processo ocorrido em Porecatu, traz consigo as semelhanças e as técnicas utilizadas em grupos de guerrilha nas próprias guerras, o que nos leva a considerar o caso de Porecatu como uma guerrilha propriamente dita. Os métodos utilizados pelos posseiros nos conflitos armados em Porecatu têm as mesmas características, seguem o mesmo viés, porém, o que muda são os princípios fundamentais. Nas guerras se lutam por obrigações com pátrias, os posseiros Porecatu lutaram para reivindicar seus direitos por si sós.

Enquanto nas Guerras as disputas são por poder, seja lá qual o tipo de poder, sendo este político, territorial ou por pura ignorância humana, o caso de Porecatu foi estritamente voltado a resolver as questões da posse da terra, movidos por um grande desejo de acabar com as injustiças e fazer valer seus direitos. As táticas utilizadas foram apenas para conseguir melhores condições para resistir lutando, o que está visivelmente descrito por alguns desses autores e jornais que descrevem sobre os conflitos, independentemente de sua orientação ideológica.

O episódio ocorrido em Porecatu teve grande contribuição no que diz respeito a formação de resistência camponesa e na luta do campesinato no Norte do Estado do Paraná. Esse serviu de influência na formação de ligas e movimentos voltados a luta pela terra que atuam até os dias de hoje, como é o caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), que se apropria de terras improdutivas, com pendências perante a justiça e as distribui para centenas de famílias, dividindo grandes extensões de terras em pequenos lotes voltadas a agricultura familiar.

São diversos os fatores da luta e organização dos posseiros de Porecatu que influenciaram na continuidade das lutas camponesas. Foi neste período de conflito em que as lutas camponesas ganham mais visão e um caráter propriamente político, e compartilham de uma causa comum, cujos princípios vão além da posse da terra. E a partir das décadas de 40, 50 e 60, cresce a dimensão da luta política, que se expressa na criação de ligas espalhadas pelo país, não somente voltada a luta pela terra, mas, com características e orientações diferenciadas.

Porecatu está bem no auge dessas mudanças, e pode ser considerado como uma das primeiras onde ocorre uma ação mais articulada do PCB. Há um envolvimento entre um partido político com a luta camponesa, as integrando em seus objetivos políticos, independente do que almejavam, suas ações e mudanças na forma de conduzir a luta pela terra influenciam novas experiências vivenciadas pelos posseiros.

Esse processo de Guerra, Guerrilha, revolta camponesa e conflitos armados foram de essencial importância para o desenrolar do campesinato brasileiro e o desenvolvimento da agricultura familiar no Paraná. É visivelmente demonstrado, porém, que se foi uma Guerrilha, Guerra etc. são apenas formas de nomear tal acontecimento, o que cabe realçar aqui, é que todo o desenrolar do processo desenvolvido na região norte do Estado do Paraná, na atual cidade de Porecatu, foi nada mais que um Massacre.¹ Apesar das fontes não trazer os dados específicos da quantidade de mortos nesses embates, é viável afirmar que foram muitos, pelo fato de ocorrerem em localidades isoladas em meio a imensidões de matas fechadas e também pela conjuntura em que se

encontrava o Estado no período, a atuação de jagunços e pistoleiros eram frequentes.

Concluo assim dizendo que foi um Massacre, não simplesmente pelo fato da guerrilha, mas, por todo o desenrolar de suas trajetórias. Os posseiros foram massacrados em sua história, toda crueldade sofrida, as torturas, as ameaças, os estupros e as mortes, o sofrimento de uma vida de luta, constantes batalhas, por simples pedaço de terra.

BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em movimento – formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Princípios da Educação no MST**. São Paulo: MST, 1996.
COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ,
Depoimentos sobre a maior obra no gênero realizada por uma empresa privada. 24 de setembro de 1975. 3ª edição – 2013.

FERREIRA, Damasceno Ângela Duarte. **Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná – Região de Porecatu – 1940-52**. Curitiba, 1984.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.
GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

LEOCÁDIO, Leandro Cesar. **GUERRA, GUERRILHA OU REVOLTA DE PORECATU? VÁRIOS OLHARES, O MESMO ACONTECIMENTO (1940-2011)**. Disponível em: <http://www.uel.br/>. Acessado em: 10 de setembro de 2021.

JORNAL A FOLHA DE LONDRINA. 1985. Biblioteca Pública Municipal de Londrina Pedro Viriato.

LINHARES, Y. M.; SILVA, F. C. T. A questão da agricultura de subsistência (1981). In: (org) Clifford Andrew Welch... [et al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v. 1, 2009, p.117-134.
MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1986.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A Atualidade do conceito de camponês. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: 2002.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis. Editora Vozes, 1981.

MORENO, Ariane Angélica. Trajetória das famílias do Oeste Paulista que expandiram seus negócios para a Amazônia: A família Lunardelli no Norte do Paraná e Sul do Pará. **Dissertação de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento**: UFPA, 2012.

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do Repertório Português. In: CATANI, Denise Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em Revista**: a imprensa pedagógica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-31.

OIKAWA, Marcelo, Eiji. **Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo. Contexto, 1999.

PERARO, Maria Adenir. **Dissertação de mestrado; estudo do povoamento, crescimento e composição da população do norte novo do Paraná de 1940 a 1970. Departamento de História setor de ciências humanas, letras e artes universidade federal do paraná**. Curitiba – 1978.

PRIORI, Ângelo Aparecido. **A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)**. Maringá. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Estadual de Maringá, 2009.

QUEIROZ, Maria I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira (Da Colônia à Primeira República)**. Instituto de Estudos Brasileiros/USP. São Paulo, 1969.

SILVA, Joaquim Carvalho. **Terra Roxa De Sangue - A Guerra De Porecatu**, Editora UEL: 1996.

STÉDILE, João Pedro, SÉRGIO, frei. **A LUTA PELA TERRA NO BRASIL**. Scritta, 3º edição; 1996.

SEVILLA, GONZÁLEZ. **Evolução do Conceito de Campesinato**. (2005, p.24).

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**, 2. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

ANEXOS

Imagens de ilustração; armamento posseiros/ Policia.

Figura 1: Imagem das barricadas e armamento dos Posseiros²



Figura 2: Imagem dos armamentos utilizados contra os posseiros

